

Comissão examina projetos de refinanciamento da dívida

Votação em plenário, em regime de urgência, está prevista para quinta-feira

ROSA COSTA

BRASÍLIA — A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) deve examinar hoje 14 projetos de resolução que autorizam São Paulo, outros 11 Estados e as cidades de Campinas e Jundiaí a refinanciar suas dívidas com a União. A votação em plenário, em regime de urgência, está prevista para quinta-feira.

Amparadas pelo Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de Longo Prazo, as operações beneficiam ainda os Estados do Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e Sergipe.

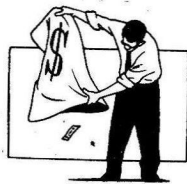


Miranda: matérias serão votadas mediante inclusão de dispositivo

Votação — O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), mudou de idéia e concordou em colocar as matérias em votação, mediante a inclusão de um dispositivo nos projetos de resolução.

De acordo com o dispositivo, os Estados poderão apresentar a autorização das Assembleias Legislativas quando os governadores assinarem o acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional. O documento será encaminhado ao Senado.

Certidões de débito — Outra



RELATÓRIO DO BC CONTÉM DADOS SOBRE PRAZOS

exigência da Comissão de Assuntos Econômicos é de os Estados e municípios endividados apresentarem certidões negativas de débito com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), de regularidade de situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de operações com sistemas financeiros e credores externos, além de outras atribuições constitucionais.

Os relatórios do Banco Central sobre esses Estados e municípios chegaram sexta-feira ao Senado, mas somente ontem fo-

ram encaminhados à Comissão de Assuntos Econômicos. O relatório do Banco Central contém dados que também constam dos projetos de resolução que autoriza o refinanciamento da dívida. São informações sobre o saldo da dívida, os encargos, o prazo de pagamento, as garantias dos devedores e as condições de pagamento.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), que vai relatar a proposta do Estado de Minas Gerais, admitiu a possibilidade de a votação em plenário ocorrer amanhã e não na quinta-feira, conforme está previsto. Para tanto, a Mesa Diretora teria de tornar deliberativa a sessão de hoje e realizar uma sessão extraordinária à noite ou amanhã cedo, para atender às exigências da tramitação do projeto em regime de urgência.